

Anil

Coluna do Castello

Arraes conversa com empresários

O governador Miguel Arraes, segundo fonte respeitável, manteve em São Paulo encontro reservado com lideranças empresariais para negociar, em nome da esquerda, uma composição que atenda as reivindicações básicas das correntes sociais em conflito. Trata-se obviamente de uma tentativa de contornar a operação comandada pelo *Centrão*, que imagina poder alterar substancialmente os itens sociais e alguns itens econômicos do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.



O interlocutor foi o mais bem sucedido, dada a responsabilidade política e moral do governador de Pernambuco e sua influência sobre as correntes ideológicas de esquerda no país. É possível que da sua gestão emergja um entendimento que torne evitável uma confrontação no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. O conflito entre correntes radicalizadas poderia eventualmente bloquear a tramitação do projeto de Constituição, retardando de maneira imprevisível sua aprovação final.

Indo à fonte do poder que influi sobre os políticos que compõem o núcleo do *Centrão*, o sr Miguel Arraes estaria provavelmente respaldado pela confiança dos líderes que, na Constituinte, conduziram os trabalhos da Sistematização e obtiveram algumas conquistas inseridas no projeto, tais como a proibição da demissão imotivada, o pagamento em dobro da hora extra, a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas, os quatro meses para gestantes e a exclusão das multinacionais do comércio de combustíveis no mercado interno.

É claro que o governador Miguel Arraes não se dispõe a abrir mão de todas as vitórias da esquerda inscritas no anteprojeto mas poderá identificar a reclamação essencial dos empresários e avaliar no que pode ser atendida, pacificando a classe, a fim de propiciar uma conciliação que poupe a Constituinte de uma fase dramática de debates e obstruções. Essa missão, se tiver êxito, terá sido mais importante do que as conversas políticas do sr Miguel Arraes no Rio e em São Paulo.

Uma idéia extravagante

Das especulações políticas acolhidas pela imprensa nenhuma mais extravagante do que a que atribui ao senador José Richa a articulação de um parlamentarismo de 15 de março de 1988 a 15 de março de 1989, com o objetivo de impedir que o presidente José Sarney faça nesse período uma "política de terra arrasada". Em primeiro lugar duvida-se da fé parlamentarista do senador do Paraná e do seu equilíbrio político e moral. Como defensor intransigente da mudança de sistema não iria ele reduzir seu ideário a uma simples providência destinada a paralisar o presidente da República, tarefa para a qual dificilmente encontraria colaboradores sensatos.

A mesma especulação acrescenta que o senador Richa articularia com os governadores do Rio, de Pernambuco e possivelmente de São Paulo a aprovação pela Constituinte de tal expediente. Isso equivaleria a inverter o processo de intervenção que a Constituição prevê da União nos estados. Os estados é que passariam a intervir na União, se se concretizasse um plano de governadores para retirar por um ano os poderes do presidente da República. Quanto ao Congresso, o método previsto para afastar o chefe do governo é o *impeachment*.

É claro que o senador José Richa e os governadores citados jamais pensaram em tal hipótese. A implantação do parlamentarismo em março do próximo ano é defensável pelos partidários desse sistema de governo, como o fez corretamente o senador Mário Covas em entrevista à *Gazeta Mercantil*. Suas idéias são, expostas com clareza e racionalidade de modo a caracterizar a tese como um legítimo processo político destinado a demonstrar desde logo a excelência e a eficácia do sistema parlamentarista mediante o qual se eliminaria um erro histórico da República brasileira.

JORNAL DO BRASIL